

O ensino da arte no Colégio Pedro II: tradições, tensões e invenção

Greice Cohn

Colégio Pedro II, Rio de Janeiro

RESUMO

Esse trabalho é parte da tese de doutorado *Pedagogias da videoarte: A experiência do encontro de estudantes do Colégio Pedro II com obras contemporâneas* (UFRJ/2016)⁸ na qual foram investigadas as potencialidades pedagógicas da videoarte a partir da teorização de uma experiência e do compartilhamento de metodologias de ensino e aprendizagem da arte contemporânea. No recorte que se estabelece aqui, é feito um resgate da história do ensino da arte no Pedro II, sob o ponto de vista das relações entre as transformações ocorridas nessa instituição quase bicentenária de ensino público e a trajetória do ensino da arte no Brasil. Pretendo dar visibilidade às tensões e transformações vivenciadas por uma disciplina que, de certa forma, existindo desde o início da trajetória dessa escola – impregnada, portanto, por sua tradição – não abre mão do comprometimento com a invenção e a criação.

Palavras-chave: ensino da arte; Colégio Pedro II; história-tradição-transformação.

ABSTRACT

This article is part of the doctoral dissertation *Video art pedagogies: the encounter of the students of Colégio Pedro II with contemporary art work* (UFRJ/2016), where I've searched the pedagogical potentialities of video art based on the theorization of experience as well as on sharing teaching and learning methodologies in contemporary art. In the present work I have framed the history and transformations of art teaching at Colégio Pedro II, an almost two-hundred year old public teaching institution, and its relationship with the changes that have been taking place in the trajectory of art teaching in Brazil. I intend to show the tensions and changes met by teaching a discipline that, in one sense,

8 Algumas informações foram alteradas ou acrescentadas, em função das transformações que ocorreram entre a escrita original e a desse artigo, mas é preciso que o leitor tenha em mente que ele se baseia em pesquisa realizada em 2015.

exists since the creation of this school – and therefore is impregnated with the tradition of the institution – and yet stands firmly with the commitment to continual invention and creation.

Keywords: art teaching; Colégio Pedro II; history-tradition-transformation.

Colégio Pedro II: quase dois séculos de ensino



Figura 1: Calçada à frente do campus Centro. Fotografia de aluno do 9º ano do E.F./2014

O Colégio Pedro II, Autarquia Federal fundada como instituição educacional em 1837, se apresenta, hoje, como um verdadeiro sistema de ensino no estado do Rio de Janeiro. Sua criação, no Período Regencial (1831-1840), se insere no projeto imperial de inclusão do Brasil no rol das nações civilizadas, e no esforço de implementação da instrução primária e secundária. Hoje, é uma escola pública, mas, inicialmente,

os alunos pagavam o honorário do ensino prestado, fixado pelo governo imperial. Os primeiros alunos ingressaram na instituição por meio de um rigoroso exame de admissão que prezava a idade, o mérito adquirido e o mérito ingênito, ou seja, pessoas

que possuem um dom inato. Ao completar o curso, os estudantes recebiam o grau e o diploma de Bacharel em Ciências e Letras, que os habilitava a ingressar no ensino superior sem prestar exames (SANTOS, 2010).

A origem do Colégio Pedro II remonta ao Seminário dos Órfãos de São Pedro, criado em 1739, anos mais tarde denominado de Seminário de São Joaquim, exercendo também a função de escola – na intenção de suprir a lacuna deixada com a expulsão dos jesuítas, em 1759 – e, posteriormente, transformado em Colégio Pedro II, graças a um decreto de 1837. Como não havia, na época, instituições que se dedicassem à formação de professores, foram selecionados membros da comunidade letrada do Império – advogados, médicos, escritores, uma elite intelectual formada no exterior – como docentes. Os programas eram estabelecidos pelo governo imperial, que pretendia gerir um projeto de nação identificada com o homem branco europeu e cristão. Propondo um currículo das “humanidades”, inspirado na antiguidade clássica e na educação francesa, o Colégio Pedro II pretendia transmitir um compromisso moral e promover uma educação para “formar o futuro cidadão, o homem de bem que iria desempenhar funções fundamentais para o Estado” (SANTOS, 2010), ou seja, a elite brasileira.



Figura 2: Fachada do primeiro prédio do Colégio Pedro II, localizado na esquina das ruas Larga e Camerino. Reprodução de fotografia exposta no museu do campus Centro.

Nos Governos de Getúlio Vargas e de Juscelino Kubitschek, o externato teve necessidade de aumentar suas Seções, visando à ampliação da oferta de vagas, e, posteriormente, o internato foi extinto. Em 1979, as Seções passaram a ser designadas Unidades de Ensino, de acordo com o bairro em que se localizavam (Centro, Engenho Novo, Humaitá, São Cristóvão e Tijuca). Na década de 1970, em meio ao *boom* do milagre brasileiro, o CPII foi esquecido pela classe média, mais interessada nas escolas particulares religiosas, e em 1984, foi criada, em São Cristóvão, a primeira Unidade de Ensino do Primeiro Segmento do Ensino Fundamental (da Classe de Alfabetização à 4ª série), seguida também pelas Unidades Humaitá (1985), Engenho Novo (1986) e Tijuca (1987).

Nos últimos anos, o Colégio Pedro II sofreu uma considerável ampliação e mudanças estruturais, sendo hoje constituído por quinze *campi* Escolares⁹ integrados ao grupo de Institutos Federais de Ensino Superior. Atende ao Ensino Fundamental; à Educação Infantil; ao Ensino Médio; à Educação de Jovens e Adultos; oferece um Mestrado Profissional e, nos últimos anos, um Programa de Residência Docente (Capes), operando em todos os segmentos do ensino básico, na pós-graduação e na formação continuada de professores, de forma gratuita. O ingresso dos alunos se dá mediante sorteio, nas séries iniciais, e exames, no sexto ano do Ensino Fundamental e na primeira série do Ensino Médio, resultando num corpo discente heterogêneo, composto por crianças e jovens de faixas sociais variadas.

O CPII foi, por muito tempo, considerado como uma instituição escolar federal modelo¹⁰¹, um espaço de experimentação e aplicação das diretrizes oficiais de ensino do país. Apesar desse papel não lhe ser mais atribuído, o colégio ainda carrega a aura dessa função, o que repercute na psique de quem ali trabalha e na autoimagem institucional. O ensino dessa instituição e seu funcionamento vêm se transformando intensamente nas últimas décadas. Atuando num campo de forças contraditório, entre a tradição humanista – e inicialmente elitista – e políticas públicas educacionais orientadas por um pensamento neoliberal, o CPII vem desenvolvendo um ensino público com características próprias, engendradas pelo campo de forças político-pedagógicas, econômicas, jurídicas e organizacionais que o estrutura.

9 As Unidades de ensino passaram a ser denominadas *campus/campi* escolares, quando o Colégio foi equiparado aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com a sanção da lei 12.677/12 (25 de junho de 2012, Cap. II-A, art. 13-A). O Colégio hoje conta com 15 campi, no município do Rio de Janeiro (Centro, Tijuca I e II; São Cristóvão I, II e III; Humaitá I, II e III; Engenho Novo I e II; Realengo I e II); em Niterói e em Duque de Caxias, acrescidos da recente unidade de educação infantil, criada em Realengo. As numerações I, II e III, se referem aos níveis de ensino – Fundamental I, Fundamental II e Ensino Médio (Disponível em: <http://www.cp2.g12.br>. Acesso em: 4 de agosto de 2015).

10 “Daquele período (1925) até a década de 50, os estabelecimentos de ensino particular poderiam solicitar ao Ministério a formação de uma banca para validação dos exames, desde que provassem que seus programas de ensino eram iguais aos do Colégio Pedro II, razão pela qual o designavam ‘Colégio Padrão do Brasil’” (BRASIL, PPP, 1998, p. 20).

curriculares¹⁴. Dessa forma, ainda almeja oferecer uma “formação intelectual global¹⁵” mantendo uma cultura escolar centrada no ensino, nos conteúdos e no professor¹⁶. Essa cultura vem sendo posta em questão pelos docentes das diversas disciplinas, a partir dos questionamentos e das novas proposições curriculares da pós-modernidade, gerando embates teóricos e políticos, considerando o modelo institucional forte que estrutura essa escola. Podemos afirmar que o Colégio Pedro II atua em meio a tensões provocadas pelos choques entre sua própria tradição e as transformações ali vivenciadas.

O ensino da arte no Colégio Pedro II: transformações políticas e conceituais



14 Segundo o Projeto Político Pedagógico do Colégio de 2002, vigorando até o presente momento – um novo projeto está sendo elaborado pelos Departamentos Pedagógicos, mas ainda em fase de finalização –, no Primeiro Segmento do E.F. as disciplinas são: Língua Portuguesa, Literatura, Educação Artística, Educação Musical, Educação Física, Matemática, Ciências e Estudos Sociais; no Segundo Segmento do E.F. são: Língua Portuguesa e Literaturas, Inglês, Francês, Artes Visuais, Educação Musical, Educação Física e Folclore, Matemática, Ciências, Desenho Geométrico, Geografia, História, Informática Educacional; e no Ensino Médio, compoendo a Área 1 (Linguagens, Códigos e suas Tecnologias), estão as disciplinas Língua Portuguesa, Literatura, Inglês, Francês e Espanhol (os alunos optam por uma), Artes Visuais, Educação Musical, Educação Física, Informática Educacional; compoendo a Área 2 (Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias): Biologia, Física, Química, Matemática, Desenho Geométrico; e compoendo a Área 3 (Ciências Humanas e Filosofia): História, Geografia, Filosofia, Sociologia (COLÉGIO PEDRO II, PPP, 2002).

15 Essa formação envolve “o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual” (GRAMSCI, 1982, p.118).

16 No Primeiro Segmento do Ensino Fundamental (“Pedrinhos”) desenvolve-se, predominantemente, uma proposta pedagógica centrada na aprendizagem, no aluno, ao contrário do que acontece no Segundo Segmento, onde a figura do professor e o ensino ocupam o centro das propostas de ensino-aprendizagem.

O ensino de arte como desenho permaneceu no Colégio Pedro II em todo o período imperial e em parte do período republicano, até que, no início dos anos 1940, com o advento da Lei Orgânica do Ensino Secundário, houve uma divisão: de um lado administrar-se-ia o desenho geométrico, e de outro, os trabalhos manuais¹⁹. Dessa forma, o desenho, ao se concentrar na geometria, se aproximava da matemática, e por outro lado, a parte que dizia respeito aos trabalhos manuais ficava sendo identificada como ensino de arte.

Verificava-se, então, nos trabalhos manuais, a “busca de um modelo que estabelecesse a união entre criação e técnica – isto é, entre arte e sua aplicação à indústria” (BARBOSA, 2015, p. 47). O caráter instrumental das oficinas é explicitado nas instruções²⁰, onde a ausência de referências a aspectos expressivos e/ou criativos na exploração dos materiais mostra a distância que o ensino da arte no CPII então mantinha das pedagogias modernistas e escolanovistas (inspiradas no pensamento de John Dewey, Viktor Lowenfeld e Herbert Read), que valorizavam a criação, a imaginação e a livre expressão.

No que diz respeito ao ensino do desenho, a denominação da disciplina como Desenho Geométrico, no CPII, também não estava em acordo com as propostas escolanovistas, segundo as quais “o Desenho tinha o mesmo status que as outras disciplinas, e significava não mais submissão ao desenho geométrico, mas a prática do desenho de imaginação, desenho decorativo, desenho industrial, desenho gráfico (ou artes gráficas), desenho de observação” (*ibid*, p. 217)²¹.

À disciplina Trabalhos Manuais se somava a vertente Economia Doméstica²², destinada ao corpo discente feminino, com o objetivo de “formar uma conveniente dispo-

19 O componente Artes mencionado no Título II da Lei Orgânica do Ensino Secundário (BRASIL, 1942) é composto por Desenho, Trabalhos Manuais e Canto Orfeônico, estrutura organizacional semelhante a do curso de Licenciatura em Educação Artística da Escola de Belas Artes da UFRJ, criado na década de 1970, onde ficam determinadas três habilitações para o professor de arte: Artes Plásticas, Desenho e Música.

20 A Portaria nº 557, de 1945, que determina os programas de Trabalhos Manuais do curso ginásial do ensino secundário, menciona “Trabalhos com madeira” (marchetaria, corte, enceramento, encaixe, etc.) e “Trabalhos com metais” (dobramento, soldadura, limagem, etc.) – ambas as orientações finalizam com “construção de objetos de utilidades nos quais se reúnam as operações acima indicadas”. Há também o item “Trabalhos com massas plásticas”, que inclui argilas, modelagem em cera e Representações estereorâmicas, essas últimas “devendo obedecer aos estudos e recomendações feitas nas aulas de geografia” (In: CARVALHO E SILVA, 2013, Anexos 1e 1.1.).

21 A distinção entre Desenho e Desenho Geométrico também é enfatizada pela Reforma Educacional de Fernando de Azevedo, que incluía o Desenho na Escola Normal e deslocava “o Desenho Geométrico para a área das provas de Matemática, decisão muito acertada e defendida pelos educadores em vários países, como Estados Unidos e Suíça” (BARBOSA, 2015, p. 202). No CPII, o ensino do Desenho se identifica, até os dias de hoje, com o desenho geométrico.

22 O Decreto-Lei nº 4.244, que trata do ensino secundário feminino no Título III, determina que se incluía, na terceira e quarta série do ensino ginásial e em todas as séries do curso clássico e científico, a disciplina Economia Doméstica, cuja finalidade “é despertar o interesse e orientar, durante o curso ginásial, a reflexão das moças, que o frequente, para tais problemas, por intermédio de explicações e exercícios práticos sistemáticos” (BRASIL, 1942, p. 292-293)..

sição de espírito em relação à vida feminina, e firmar a compreensão de que a mulher é sempre grandemente responsável pela união e pela prosperidade da família” (BRASIL, Portaria Ministerial de nº 14, de 7/01/1946. In: CARVALHO E SILVA, 2013, anexo 5). As duas disciplinas eram ministradas por professoras formadas no Curso Normal – habilitadas em Trabalhos Manuais e em Economia Doméstica – e foram mantidas com a publicação da primeira Lei de Diretrizes e Bases para a Educação (Lei 4.024 de 1961), incluídas no conceito de Práticas Educativas²³. A predominância do caráter utilitário nas práticas realizadas nas disciplinas e sua subordinação ao atendimento das exigências comportamentais e sociais da época são ressaltadas na divisão entre Artes Femininas (trabalhos de agulha, bordado, tricô, etc.) e Artes Masculinas (encadernação, couro, metal, taquigrafia, etc.).

Os programas enfatizam o detalhamento das técnicas e dos materiais utilizados, e, salvo no item que se refere à modelagem²⁴, não há nenhuma menção ao caráter expressivo-criativo das práticas propostas, bases do pensamento pedagógico inovador para o ensino da arte, trazido pela “Virada Modernista” (BARBOSA, 2015, p. 189). Assim, podemos inferir que, mesmo que tenha havido práticas expressivas e criadoras nesse contexto, essas não eram teorizadas ou sistematizadas como propostas pedagógicas a serem desenvolvidas na instituição como um todo.

O ensino da arte no Colégio Pedro II permaneceu representado por essas disciplinas até o início da década de 1970, quando, com a promulgação da segunda Lei de Diretrizes e Bases para a Educação 5.692 de 1971, em plena ditadura militar, instituiu-se a obrigatoriedade do ensino da arte nas escolas – como componente, e não ainda como disciplina – e a área passa a se chamar Educação Artística.

A inadequação dos cursos universitários de licenciatura criados para atender à demanda da nova Lei levou os professores de arte a procurar aperfeiçoamento e novo direcionamento profissional e, para tal, eles buscaram suporte nas já consagradas escolinhas de arte espalhadas pelo país. Para o corpo docente do CPII não foi diferente. O *laissez-faire* e a experimentação criadora proposta pelas novas pedagogias não tiveram, na década de 1970, acolhida nessa escola²⁵, e a polivalência implícita na proposta da nova

23 “A Comissão de Ensino Primário e Médio do Conselho Federal de Educação faz, em seu Parecer nº 131, de 30 de julho de 1962, a distinção entre disciplina e prática educativa. Assim, disciplina diria respeito às atividades escolares destinadas à assimilação de conhecimentos sistematizados e progressivos, passíveis de mensuração, sendo condição para o prosseguimento dos estudos. Práticas educativas abrangeriam as atividades que deveriam atender às necessidades de ordem física, artística, cívica, moral e religiosa do adolescente, tendo ênfase na maturação da personalidade, com a formação de hábitos correspondentes [...]” (BRASIL, 1962, *apud* CARVALHO E SILVA, 2013, p. 77).

24 No item Modelagem do “Plano de Ensino das Disciplinas que integram o Departamento de Práticas Educativas”, consta que “o professor deve ensinar modelagem como meio de expressão e não como técnica” (In: CARVALHO E SILVA, 2013, Anexo 9).

25 A abordagem modernista do ensino da arte só é acolhida pelo Primeiro Segmento do Ensino Fundamental, pelos “Pedrinhos”, setor que é criado na década de 1980.

lei era um desafio inalcançável. Sentindo-se perdidos frente às mudanças, os professores do CPEI solicitaram que lhes “fosse concedido um horário ou até mesmo programado um curso na Escolinha de Arte do Brasil”²⁶, buscando também os cursos oferecidos pelo Museu de Arte Moderna e aprofundamento teórico, movimento que, de forma gradual, aproximou-os das propostas pedagógicas então discutidas por arte-educadores brasileiros e estrangeiros²⁷. Os objetivos gerais do “Programa de Artes Plásticas” proposto pela Unidade Tijuca e datado em 1979²⁸ já sinalizam algumas mudanças:

Desenvolver no educando, a capacidade de criar e expressar-se através da Arte; Incentivar a apreciação crítica, a criação e preservação dos valores sócio-econômico-culturais; Promover o conhecimento das possibilidades profissionais que as artes plásticas oferecem²⁹.

Consta também, no item “Observações” do mesmo programa, a afirmação de que “as técnicas e os materiais, apresentam-se como instrumentos e não como finalidade; são os meios que possibilitarão ao aluno passar do puro jogo criador ao ato criativo, em direção ao processo de criatividade geral do indivíduo” (*ibid.*, Anexo 12.1) e que a história da arte “deve fugir a interpretação mecanicista, cronológica, dos fatos artísticos, passando a uma abordagem onde se verifique a análise estrutural do momento histórico, sua interferência direta, determinando o momento artístico” (*ibid.*). A menção à expressividade, à criação e à apreciação crítica; a inclusão da história da arte como possibilidade de análise estrutural do momento histórico e de sua interferência no momento artístico; e a associação de tudo isso ao fazer artístico dos alunos sinalizam transformações conceituais nas propostas dos professores, nos remetendo tanto às propostas escolanovistas – quando faz menção à criatividade e expressividade geral do indivíduo –, como aos estudos de Barbosa e de outros arte-educadores, desenvolvidos na década de 1970, na referência à apreciação crítica e à história da Arte.

O movimento em direção ao aprofundamento teórico para fundamentação das práticas realizadas se intensifica nas décadas de 1980³⁰ e se solidifica nos anos 1990, a

26 Esse pedido está contido no item “Recursos Humanos”, do Programa de Educação Artística – Artes Plásticas, do Externato Unidade Bernardo de Vasconcelos, seção Tijuca, datado de 1979 (In: CARVALHO E SILVA, 2013, Anexo 12, p. 4).

27 Como ressalta Barbosa, “[...] só nos anos setenta que a alfabetização visual e estética chegou aos livros de orientação didática para os professores. [...] Os museus de arte moderna foram pioneiros da arte-educação pós-moderna que enfatiza a leitura da obra de arte [...]” (BARBOSA, 2007, p. 43).

28 Nesse documento, como mostram os Anexos 12, 12.1 e 12.2 do estudo de CARVALHO E SILVA, consta uma data escrita, à lápis, indicando o ano de 1979, e não impressa, como o resto do corpo do documento.

29 “Colégio Pedro II: Programa de Educação Artística para o 1º e 2º Grau da Unidade Bernardo de Vasconcelos – Seção Tijuca – Externato, 1979” (In: CARVALHO E SILVA, 2013, Anexos 12, 12.1 e 12.2).

30 Como Objetivo Geral da disciplina Ed. Artística para a 5ª, 6ª, 7ª e 8ª séries do E.F., segundo o PGE de

partir de algumas mudanças institucionais importantes. Uma delas é a criação do primeiro segmento do Ensino Fundamental (1984), que, livre das tradições carregadas pelo “Pedrão” e em consonância com transformações pedagógicas empreendidas nessa década pelo campo do ensino da arte, se permite a experimentação de propostas curriculares diferentes das estabelecidas no segundo segmento do E.F. O segundo advento significativo foi a busca por formação, incentivada a todos os professores de Artes pela chefia de departamento. E o terceiro fator, que merece especial destaque, foi o início dos concursos públicos de provas e títulos para professores de Artes, que trouxe novos profissionais, com formação específica em artes, para o departamento. Assim, começa a efetuar-se no ensino da arte do CPII um salto teórico-prático e a disciplina Ed. Artística caminha para se afirmar não mais como atividade suporte para outros fins – entre outros, o de “ornamentador de festas e murais [...] e do preparador de presentes de dia dos pais e mães” (PENA, 2002, p. 23) –, mas como área de conhecimento no currículo escolar. Esse direcionamento se aproxima da proposta do DBAE, onde “a interdisciplinaridade é deixada de lado pela prioridade de se demonstrar que a arte é uma especificação disciplinar do currículo e não apenas uma atividade integradora de outras atividades, disciplinas e conhecimentos” (BARBOSA, 2007, p. 63).

No campo administrativo, segundo os Planos Gerais de Ensino de 1981 e 1982, a disciplina Educação Artística constava da Área 5, juntamente com a disciplina Educação Física e Educação Musical (uma herança da formação de Práticas Educativas que vigorava antes da nova lei, quando a disciplina ainda era denominada Trabalhos Manuais), mas, no PGE de 1983, compondo a Área 1 – junto com as disciplinas Desenho e Matemática –, a Educação Artística passa a pertencer ao Departamento de Desenho (BRASIL, 1983).

Interpretamos essa nova associação com o Desenho (na verdade, um retorno, à formação do século XIX), fundamentalmente, como uma busca por fortalecimento político para o ensino da arte na instituição, como uma tentativa da arte de distanciar-se do estigma de atividade menor e desvalorizada por outros membros escolares. Mais do que o reflexo de uma proximidade conceitual/pedagógica entre Educação Artística e Desenho (que ali era geométrico) – a nosso ver, a proximidade conceitual somente existia, e talvez ainda subsista até os dias de hoje, como uma aura, no imaginário de professores cuja formação e identidade envolvem as duas disciplinas –, essa nova junção teve razões políticas. Do ponto de vista do ensino da arte, a composição em um mesmo departa-

1983, constam: “Educar a percepção desenvolver a criatividade; desenvolver o estilo pessoal de expressão artística; desenvolver a observação estética e a sensibilidade. Facilitar a comunicação. Desenvolver atitudes de cooperação e iniciativa. Adquirir e desenvolver a habilidade de discriminar cor, forma, dimensão, espaço, harmonia; A - Área afetiva – disposição e satisfação na realização de trabalhos de artes plásticas, pintura, gravura, moldagem, etc.; B- Área cognitiva – definir artes plásticas: descrever uma obra de arte, criticar, comparar e discriminar os valores. C – Área psicomotora – desenhar, modelar, esculpir, recortar, colar, armar e pregar as próprias criações plásticas. Desenvolver e estimular no educando habilidades que lhe permitam usar o lazer construtivamente. Compreender a importância cultural da arte como veículo de expressão dos sentimentos” (COLÉGIO PEDRO II, PGE 1983, p. 68).



Figura 5: *Performance* realizada por aluno do 9º ano do E.F. Fotografia de Greice Cohn.

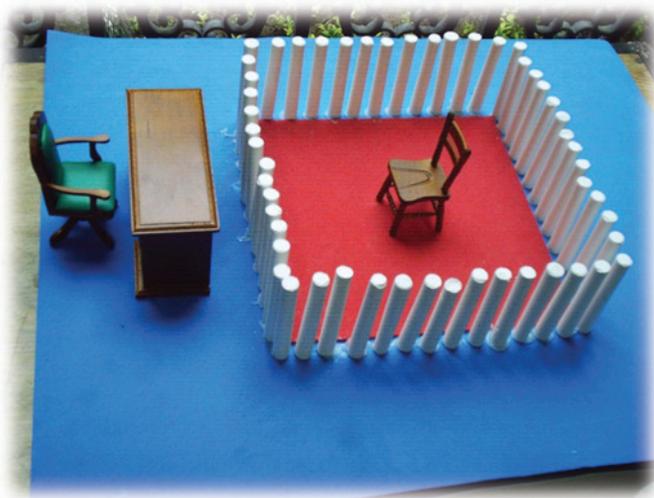


Figura 6: Trabalho de aluno da 1ª série do E.M. Fotografia de Greice Cohn.

No século XXI, o ensino da arte no CPII consolida as conquistas e transformações vividas nas décadas anteriores – isso pode ser verificado nos Objetivos Gerais da disciplina Artes Visuais do Projeto Político Pedagógico de 2002³⁴, que se refere à histo-

|||||

34 “[...] que o aluno seja capaz de: explorar as diferentes linguagens visuais; compreender a arte como uma linguagem tornando-se um sujeito fruidor por meio de decodificação de imagens artísticas e da codificação de produções individuais; reconhecer a historicidade das produções culturais, contextualizando-as e experienciando suas variações técnicas e materiais; construir uma relação afetiva e sensível com diferentes produções artísticas, tanto de seus colegas quanto as próprias, aprendendo a receber e a elaborar críticas identificar, relacionar e compreender a arte como fato histórico multicultural, respeitando as diferenças nas produções estéticas e culturais; valorizar as produções culturais contemporâneas de diferentes grupos sociais; observar e respeitar produções do entorno social, preservando-as e construindo assim o conceito de patrimônio artísti-

ricidade, contextualização e fruição da arte, sob o ponto de vista estético e crítico, e à proximidade com a produção contemporânea, da arte e da cultura visual mais ampla – e se mostra sintonizado com as propostas pedagógicas da pós-modernidade, com ênfase na Abordagem Triangular, de Ana Mae Barbosa. Os concursos públicos para professores de Artes se tornaram mais frequentes (2002, 2010, 2013 e 2014), possibilitando um considerável incremento no quadro de professores efetivos e o consequente fortalecimento da categoria na escola. Paralelamente, os benefícios concedidos pelos planos de carreira do magistério público federal contribuíram para o incentivo à formação docente³⁵, o que reverte no aprofundamento das discussões teóricas que norteiam as propostas curriculares e metodológicas da disciplina.

Atualmente³⁶, contando com 103 professores (dos quais 63 são de Artes Visuais, e 43 são de Desenho Geométrico), o DDAV segue constituído pelas duas disciplinas. Sua manutenção foi decidida na última eleição departamental, em 2013, uma disputa acirrada na qual a grande maioria dos professores de Artes Visuais se manifestou contra essa continuidade. Mais seguros da importância do ensino da arte no currículo escolar e, então, ainda respaldados pela lei, esses professores sentiram-se livres para reivindicar uma emancipação, uma vez que não percebiam convergências entre as propostas teórico-metodológicas das duas disciplinas que justificassem sua geminação³⁷, apostando na separação como fortalecimento pedagógico e afirmação das particularidades de ambas. Entretanto, o que se verificou então foi uma inversão da situação vivida no passado: fragilizados pelo desamparo legal resultante de reformas curriculares que praticamente extinguíram o ensino do Desenho Geométrico das escolas brasileiras, os professores de Desenho, temendo maior enfraquecimento de sua situação, votaram maciçamente contra a criação de dois departamentos independentes. Assim, a insegurança dos professores de Desenho diante do ringue das disputas curriculares, aliada a possíveis resquícios de fragilidade que ainda assombram alguns professores de Artes Visuais, foi responsável por um resultado conservador que manteve a continuidade da vinculação departamental.

A disciplina Artes Visuais é parte curricular de todas as séries do Primeiro e do Segundo Segmentos do E.F. (“Pedrinho” e “Pedrão”), da Educação Infantil e também da 1ª série do E.M.³⁸, e as aulas do segundo segmento do E.F. e do E.M. são ministradas em

co cultural e natural” (COLÉGIO PEDRO II, Projeto Político Pedagógico, Capítulo 5, p.169-170. Brasília- DF, 2002).

35 Em contraste com a inexistência de professores de Artes Visuais com Mestrado e Doutorado em 1992 (BRASIL, 1992), o quadro atual de professores conta com 20 Mestres e 5 Doutores, sendo que mais dois professores estão cursando Doutorado em 2016.

36 Esses dados quantitativos foram apurados em 2015.

37 A presença de Artes Visuais nos Componentes curriculares da Área 1 – Linguagens, Códigos e suas Tecnologias – e de Desenho Geométrico na Área 2 – Ciências da natureza, Matemática e suas Tecnologias –, no PPP de 2002, em vigor até hoje do CPEI, confirma a distância conceitual entre as duas disciplinas.

38 O Departamento continua pleiteando a extensão das Artes Visuais para a 2ª série do Ensino Médio, quiçá

dois tempos semanais. A estrutura departamental do CPIO garante que o grupo de professores do DDAV de todos os *campi* escolares se encontre duas vezes por ano, nas reuniões de colegiado, onde são discutidas as pautas político-pedagógicas da disciplina. Além das reuniões semestrais, os coordenadores pedagógicos de todos os *campi* se reúnem, semanalmente, e também com suas respectivas equipes, em cada *campus*. Essa estrutura organizacional se constitui como uma rede de comunicação entre os professores, coordenadores e chefe de departamento, contribuindo para a participação de todos nas decisões político-pedagógicas que concernem à disciplina.

O Colégio Pedro II cresceu muito nos últimos anos, houve uma renovação no quadro de professores de Arte, com os concursos públicos realizados, e os perfis dos diversos *campi* são muito diferentes, tornando necessários ajustes e adaptações para atender às especificidades de cada realidade e das novas demandas. É possível se dizer que o DDAV – e o próprio CPIO – vem trocando de pele nos últimos anos, o que não acontece sem conflitos e alguma dor. Num âmbito mais amplo, tanto a educação como a arte são campos dinâmicos e vivos, propondo questionamentos e transformações constantes. Os programas de Artes Visuais e as propostas metodológicas para cada série vêm, assim, sendo discutidos e questionados continuamente pelos professores do CPIO. Para citarmos algumas questões latentes, destacamos o desconforto de alguns professores com o eurocentrismo da abordagem historiográfica da arte; os problemas levantados por uma visão educacional interculturalista³⁹ e seu contraste com essa visão eurocêntrica; a organização curricular pautada pela cronologia e linearidade da história da arte ocidental; a dificuldade de desenvolvimento de práticas baseadas na experiência artística em função da estrutura organizacional dos tempos de aulas e também dos modelos avaliativos vigentes (com exceção dos “Pedrinhos”, onde as avaliações são mensuradas por conceito, a disciplina Artes tem 50% da pontuação das avaliações realizada em provas escritas). Essas são algumas questões e tensões que revelam divergências conceituais de um corpo docente não homogeneizado, que integra ensino e pesquisa em suas práticas, e comprometido com o ensino que realiza.

O exercício de revisão histórica faz com que o passado, como bem sabe Benjamin (2012), se preencha do tempo de agora, e nos possibilita perceber, de outra perspectiva, os movimentos que se deram. Avaliamos hoje, por exemplo, como a ênfase na história da arte na estruturação dos programas respondeu a uma necessidade de fortalecimento da disciplina como área de conhecimento específico, e podemos compreender os caminhos que levaram a essa organização curricular. Já nas discussões que hoje se apresentam, o que se percebe é uma busca pelo resgate da arte como experiência, tal qual propõe Dewey

para a 3ª série também, embora esse seja um movimento contra a maré das atuais diretrizes curriculares nacionais.

39 A pesquisa de doutorado, em andamento, do Prof. Wilson Cardoso Jr (FE/UFRJ), empreendida na PUC/Rio, com orientação da Profª Drª Vera Candau, intitulada “A interculturalidade no ensino de Artes Visuais no Colégio Pedro II” trata detalhadamente dessa questão.



Figura 7: Brincando com os parangolés.
1ª ano do E.F./
Campus São Cristóvão. Fotografia da
Profª Eliane Matozzo.



Figura 8: Releitura barroca.
8ª série do E.F. II
Fotografia da Profª Tatiana Caldeira
Campus Centro.



Desfile *Contos Meus*
Inspiração: Lendas e Contos Nacionais e Internacionais
Projeto Moda & Arte. Campus Eng. Novo II - Profª. Gisela Viana 2016

Figura 9: Desfile de alunos do Projeto
Moda & Arte. Inspiração
Contos Nacionais e Internacionais.
Campus E.N.II. Fotografia da Profª Gisela
Viana.

Figura 10: Videoperformance/1ª série do
E.M. Campus Centro. Fotografia da Profª
Greice Cohn.



Videoperformance | 1ª série do E.M.
Profª Greice Cohn | Campus Centro/ 2014



Figuras 11 e 12: Performance “Lamento de um Rio Morto”. 1ª série do E.M. *Campus Duque de Caxias*. Fotografias cedidas pela Profª Janaína Laport.

(2010), e algumas imagens e práticas selecionadas mostram essa tendência.

Podemos afirmar que a diversidade do corpo docente e de sua formação, aliada à autonomia dos professores no desenvolvimento de suas práticas, resultam na experimentação e invenção de novos e diferentes caminhos, conferindo ao ensino da arte no CPEI uma pluralidade de aportes metodológicos. A existência de um currículo oferece estrutura para que os professores debatam e desenvolvam suas práticas, mas não impede que – como mostram as imagens anteriores – essas sejam diversificadas e autorais, revelando identificações com diferentes concepções pedagógicas. Acreditamos que a formação dos professores, a estrutura institucional forte e a autonomia dos professores formem, juntos, um tripé que sustenta e possibilita a inventividade do ensino da arte nessa instituição quase bicentenária. Esperamos, com esse trabalho, compartilhar, e assim desprivatizar, reflexões sobre a trajetória de uma parte importante do ensino público de nosso país, contribuindo para pensarmos e fortalecermos o ensino da arte nas escolas brasileiras.

Referências

ANDRADE, Claudia M.M.S. Memorial apresentado ao Colégio Pedro II para obtenção de Reconhecimento por Saberes e Competências (RSC). Rio de Janeiro, 2014.

BARBOSA, Ana Mae. *Redesenhando o Desenho: educadores, política e história*. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. *A imagem no ensino da arte: anos oitenta e novos tempos*. São Paulo: Perspectiva, 2007. 6 ed.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In: *Obras escolhidas I: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Decreto – Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 10 de agosto de 2015.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Colégio Pedro II. Secretaria de Ensino do 1º E 2º Graus. *Programa Geral de Ensino Área 1: Desenho, Educação Artística, Matemática*, 1983.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Colégio Pedro II. Aspectos administrativos pedagógicos e técnicos da estrutura organizacional, com séries estatísticas conjugadas descritivas, 1992.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Colégio Pedro II. *Projeto Político Pedagógico*. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 1998.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Colégio Pedro II. *Projeto Político Pedagógico*. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 2002.

CARVALHO E SILVA, Maria do Carmo Potsch de. *O Ensino da arte no Colégio Pedro II: Políticas e práticas*. Dissertação de Mestrado orientada pela Profª Laélia Carmelita Portela Moreira, no PPGE da Universidade Estácio de Sá. Rio de Janeiro, 2013.

COHN, Greice. *Pedagogias da videoarte: A experiência do encontro de estudantes do Colégio Pedro II com obras contemporâneas*. Tese de doutorado defendida no PPGE/UFRJ – com orientação da Profª Dra. Adriana Fresquet e co-orientação da Profª Dra. Anita Leandro (ECO/UFRJ) – em março de 2016.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. vol. 48. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira. 4ª edição, 1982. In: GEPEC. Disponível em:

<http://www.gepec.ufscar.br/textos-1/textos-das-discussoes/intelectuais-e-a-organizacao-da-cultura-gramsci/view>. Acesso em 19 de julho de 2013.

DEWEY, John. *Arte como experiência*. São Paulo: Martins Fontes, 2010. Trad. Vera Ribeiro.

PENA, Cynthia Maria Cruz. *Um projeto de Educação Artística na escola pública: a Experiência do Colégio Pedro II*. TCC - Instituto Metodista Bennett, orientada pela Profª Gabriela Bastos Soares. Rio de Janeiro: Bennett faculdades Integradas, 2002.

SANTOS, Beatriz Boclin Marques. *Uma escola para poucos*. Rio de Janeiro: Revista de História.com.br, 2010. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/educacao/uma-escola-para-poucos>. Acesso em 26 de julho de 2013.